



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8128

**Presidente da Mesa Diretora:** Valcir Soares da Silva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Utilidade Pública

**Autoria:** Sebastião Ildeu Maia

**Data:** 28/08/2012

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 113/2012. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à “Associação do Assentamento Estrela do Norte - ASSAEN. (Referente à Lei nº 4.553, de 14/09/2012).

**Controle Interno – Caixa:** 25.10

**Posição:** 27

**Número de folhas:** 05

---

Especie: PL  
Categoria: Utilidade pública  
Cl: 25.10  
Ordem: 27  
Nº 24



Nº 85/2012  
11.09.2012

# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 113/2012.

AUTOR:

Ver. Sebastião Ildeu Maia

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a  
Associação do Assentamento Estrela do Norte - ASSAEN.

## MOVIMENTO

Entrada em 28/08/2012

Comissão Legislação e Justiça.

- 1 -
- 2 - APROVADO EM 1ª EM 04-09-2012
- 3 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - EM 11-09-2012
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Às comissões  
28/08/2012

PROJETO DE LEI Nº 113 2012.

**Concede Título Declaratório  
de Utilidade Público.**

**A Câmara Municipal de Montes Claros (MG.) aprova, e eu  
Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:**

**Artigo 1º** – Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de “ASSOCIAÇÃO DE ASSENTAMENTO ESTRELA DO NORTE - “ASSAEN“, inscrita no CNPJ nº 10.305.028/0001-90, com sede na Fazenda Sanharó, Km. 4 da Estrada da Produção, zona rural do município de Montes Claros, Minas Gerais

**Artigo 2º** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 23 de agosto de 2012.

**ILDEU MAIA**  
– Vereador -  
1º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 28 DE AGOSTO DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR  
EM 03 DE SETEMBRO DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 11 DE SETEMBRO DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 113/2012 QUE “CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA”, DE AUTORIA DO VEREADOR SEBASTIÃO ILDEU MAIA.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 29 de agosto de 2012.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 113/2012**

**AUTOR: Ver. Sebastião Ildeu Maia**

**MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública"**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 28/08/2012, com entrada na Sala das Comissões no dia 29/08/2012.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto pretende conceder título declaratório de utilidade pública municipal a Associação de Assentamento Estrela do Norte- ASSAEN, com sede na Fazenda Sanharó, Estrada da Produção.

Como a matéria versa sobre assunto de interesse local e atende os requisitos legais previstos em lei, inclusive com a juntada dos documentos necessários à concessão do título, esta Comissão verifica que a proposição não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

#### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2012

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá: A. Silveira

Vice- Presidente: Ver. Athos Mameluke Mota: Athos Mameluke Mota

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus Cláudio Rodrigues de Jesus